

---

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SESC 0033/2022

---

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 0033/2022 – Processo nº 04005-00579, cujo objeto é a aquisição de painéis de led para substituição de televisores antigos e novo painel de led para substituir banners para a unidade Sesc Palladium.

### 1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada inicialmente para o dia **1.º de junho de 2022**. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 27 de maio, essa foi tempestiva.

### 2 – DA IMPUGNAÇÃO

Após conhecimento do instrumento convocatório para contratação do objeto ora mencionado, deparou a proponente interessada com itens, em seu entender, contrários às normas de regência dos procedimentos licitatórios, que, por sua vez, impactam diretamente na ampla competitividade do certame.

Segundo consta na peça impugnatória, as condições especificadas para os itens que integram o presente Edital trata-se de bens inexistentes no mercado, fato que segundo apresentado impossibilitará aos interessados ofertar bens conforme as especificações e intenções ora pretendidas pela presente licitação.

Ainda, é alegado na peça impugnatória impugnações anteriores ao edital, todavia, segundo mencionado, não respondidas por essa instituição. **Descabidas tais alegações! Não foi recebido por essa instituição quaisquer outros pedidos de impugnações ao referido edital.**

Contrária as alegações postas, cumpre-nos destacar o recebimento de pedidos de esclarecimentos em mesmo dia da peça impugnatória e logo em seguida suas impugnações, nesse modo, por óbvio, não sendo possível, pelas características e natureza técnica do objeto, respostas imediatas.

### 3 – DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, contrário ao entendimento constante na peça impugnatória, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13 de setembro de 1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal/1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

**Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012, de 06/06/2012, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 8.666/93 e outras aplicáveis à Administração Pública.**

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. **Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública.** Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

**As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do**

processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido na impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 0033/2022, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

#### **4 – DA ANÁLISE**

Destaca-se, por se tratar de questionamentos de natureza técnica e afetos diretamente ao desenvolvimento do objeto da referida licitação quando da sua execução, a peça impugnatória foi submetida à equipe técnica responsável que, por sua vez, manifestou pela procedência parcial da peça impugnatória com a adequação e alteração das especificações técnicas, em específico quanto aos seguintes requisitos:

Para a descrição e especificações dos itens que integram o objeto deste procedimento licitatório, itens **1; 2; 3; 4; 5; e 6**, constantes no Anexo I – Termo de Referência, item 3.1, Quadro,

#### **Onde se lê no quadro de especificações dos itens:**

- ... *“led tipo SMD black” ... e*
- ... *“umidade ambiente de funcionamento de 0% a 90%”...;*

#### **Leia-se:**

- ... *“led tipo SMD” ... e*
- ... *“umidade ambiente de funcionamento de 10% a 90%”...;*

Para os demais itens, após revisão do instrumento convocatório e novas pesquisas mercadológicas, é possível enfatizar que os demais apontamentos apresentados pela peça impugnatória não se trata de condições ou regras para limitação de possíveis e potenciais licitantes, afinal, trata-se de exigências **técnicas** necessários para o atendimento e bom funcionamento dos bens, cujos fins são atender aos objetivos finalísticos do Sesc em Minas

quando do desenvolvimento de suas atividades, destacando, conforme sugerido pela peça impugnatória, os seguintes modelos que podem atender as especificações ora requeridas pelo Instrumento Convocatório – Pregão Eletrônico Sesc n.º 33/2022:

- *LG – Outdoor Versatile Series – GSCA P3.91*
- *LG – LED LWBC Series – LWBC P 2.60*
- *LG – Indoor MAGNIT Series – LSAB P1.25*
- *STAR LIGHTING – Painei 2.6*
- *STAR LIGHTING – Painei Outdoor 3.91*

Nesse aspecto, pelo exposto, reiteramos por descabidas quaisquer compreensões / interpretações cuja determinada funcionalidade ou exigências contidas no Instrumento Convocatório para o bom e fiel desenvolvimento do objeto seja no sentido de restrição da competitividade, nesse modo, não merecendo prosperar os fatos e compreensões da impugnante quanto à presença de regras ou condições que limitam a competição no presente procedimento licitatório.

E, por derradeiro, inobstante ao já exposto, importante destacar que o Sesc em Minas, conforme ocorre para todas as suas aquisições e contratações de prestadores de serviços, em apreço às diretrizes constantes no Regulamento de Licitações de Contratos e normativos internos de regência, antes da publicação dos seus Instrumentos Convocatórios em Licitações, procede e atenta-se em estudos para levantamento da necessidade ora pretendida e prática adotada pelo mercado por meio de pesquisas mercadológicas em fontes diversas, cujo fim é verificar se determinadas condições e exigências constantes do Termo de Referência que integrará o futuro Edital são aderentes ao mercado, **o que ocorreu e, via de consequência, é possível concluir pela razoabilidade e pertinência das exigências ora impugnada com o objeto pretendido, assim, superada e demonstrada a necessidade da referida exigência em benefício aos interesses do Sesc em Minas neste procedimento.**

## **5 – DA DECISÃO**

Isto posto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada para no mérito **DEFERIR-LHE PARCIALMENTE PROVIMENTO**, nesse modo, adequando o referido instrumento convocatório por meio de errata que será devidamente publicada.

**Frederico N. F. Caldeira**  
Pregoeiro– PE SESC 33/2022  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações